Ana Patrícia Augusto Correia, André Alberto de Henriques Colaço, André Filipe de Sá Lima, André Filipe Dias Carvalho, André Filipe Gonçalves Pinto, André Filipe Luís Mendes, Andreia Filipa Augusto Almeida, Antero Paulo Velez Fonseca, António da Silveira Ramos, António Joaquim Simões Oliveira, António Luís Marinho Ferreira, António Manuel Costa de Almeida Gomes, Beatriz Ribeiro da Silva, Bruno Miguel Gomes Monteiro, Bruno Miguel Gonçalves António, Bruno Miguel Marques de Matos, Bruno Miguel Monsanto Pacheco, Bruno Miguel Nunes dos Santos, Bruno Miguel Palma Fradão, Bruno Miguel Serrano Rodrigues, Bruno Rafael Lopes Pinto, Bruno Tiago Carvalho Pereira, Bruno Tiago Louro Ferreira, Carina Sofia Silveira Ferreira, Carlos Alberto Dias Avelino, Carlos Armando Antunes Dales, Carlos Eduardo Mota da Silva Raimundo, Carlos Mamede Brito Bari, Carlos Manuel da Cruz Carvalho, Catarina de Jesus Pacheco Andrade, Cátia Sofia Fragosos Ferreira, Cláudia Cristina Oliveira Santos, Cláudia Sofia Avelino Gomes, Cristina Alexandra Baraçal da Silva, Dália Fernanda Pinto Teixeira, Daniel Alexandre Martinho Pereira, Daniel António Neves Silva, Daniel Matias Ferreira, Daniela Sofia Bernardes Godinho, Dário Miguel Esteves Lopes, David José Simões de Andrade, Denise de Fátima Paiva Fonseca, Diana Sofia Lopes Morgadinho, Dina Vladimirovna Marshavina, Diogo Rafael Baptista de Brito Figueiroa, com a remuneração mensal ilíquida de €557,00 correspondente à 2.ª posição e ao nível remuneratório 2, e Carlos Alberto Cerqueira Joaquim, com a remuneração mensal ilíquida de €635,07 correspondente à 4.ª posição e ao nível remuneratório 4, da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Competência subdelegada — Despacho n.º 4/DMRH/15, de 1 de setembro, publicado no Boletim Municipal n.º 1125, de 10 de setembro de 2015, alterado pelo Despacho n.º 8/DMRH/15, de 6 de novembro, publicado no Boletim Municipal n.º 1134, de 12 de novembro de 2015)

16 de março de 2017. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

310354905

Aviso n.º 3728/2017

Nos termos da subdelegação de competências constante do Despacho n.º 3/DMU/2016, publicado no Boletim Municipal n.º 1169, de 14 de julho de 2016, torna-se público que a Assembleia Municipal de Lisboa deliberou, na sua reunião de 21 de março de 2017, através da Deliberação n.º 83/AML/2017, aprovar a Alteração ao Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal do Município de Lisboa, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação dada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, do artigo 49.º do Regime Jurídico das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, aprovado pela Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na atual redação dada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, que, para os efeitos previstos no artigo 139.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a seguir se publica.

28 de março de 2017. — O Diretor do Departamento de Planeamento, *Paulo Prazeres Pais*.

Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal

Preâmbulo

O Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal foi aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa, através da Deliberação n.º 66/AM/2013, na sua reunião de 18 de junho de 2013, e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 5 de julho de 2013.

Este Regulamento Municipal prevê, como mecanismo de incentivo à legalização das construções existentes em AUGI, a redução das taxas urbanísticas em função do prazo de apresentação dos respetivos pedidos de legalização, contudo não prevê a possibilidade do seu pagamento faseado, nomeadamente da TRIU.

Por constrangimentos vários na obtenção das competentes certidões da Conservatória do Registo Predial, que colocavam em causa os benefícios resultantes da redução das taxas prevista, este Regulamento Municipal foi alterado pela Deliberação n.º 252/AML/2014 da Assembleia Municipal de Lisboa, aprovada na reunião de 23 de setembro de 2014, e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 200, de 16 de outubro de 2014.

Com o desenvolvimento dos processos de reconversão, e com a dinâmica de legalizações em curso, verifica-se agora que o atual RMRAUGI não prevê a possibilidade do pagamento faseado das taxas urbanísticas

TRIU em AUGI, tendo-se vindo a registar várias pedidos de pagamento a prestações desta taxa.

O regime jurídico das áreas urbanas de génese ilegal, aprovado pela Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterado pela Lei n.º 165/99 de 14 de setembro, pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, pela Lei n.º 10/2008 de 20 de fevereiro, pela Lei n.º 79/2013, de 26 de novembro e pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, consubstancia um regime excecional para a reconversão urbanística das AUGI, tal como vem estabelecido logo no artigo 1.º dos referidos diplomas (Lei das AUGI).

O artigo 49.º deste regime excecional para a reconversão urbanística das AUGI permite que a Assembleia Municipal aprove valores e condições especiais para as taxas decorrentes da operação de reconversão, o que constitui uma forma de incentivo à reconversão urbanística do solo e à legalização das construções integradas em AUGI.

Procede-se à abertura de início de procedimento e participação procedimental dos interessados, nos termos do artigo 98.º n.º 1 do CPA, a qual foi objeto de ponderação.

O projeto de alteração ao Regulamento foi submetido, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, a consulta pública, por um período de 30 dias, através da sua publicação no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1192, de 22 de dezembro de 2016, e no sítio institucional da Câmara Municipal de Lisboa, tendo sido promovida a audição das Comissões de Administração Conjuntas das AUGI.

Após a realização da referida consulta pública, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Câmara Municipal de Lisboa, através da Deliberação n.º 54/CM/2017, deliberou aprovar submeter à Assembleia Municipal o projeto de alteração ao Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal.

A alteração ao Regulamento foi aprovada pela Assembleia Municipal de Lisboa, através da Deliberação n.º 83/AML/2017.

1 — É aditado o artigo 11.º-A ao Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, que passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 11.º-A

Pagamento a prestações

1 — A requerimento do interessado e nos termos do artigo 86.º do RGTPRML, pode ser deferido o pagamento em prestações da TRIU, até doze prestações mensais, sobre as quais não incidem juros, devendo ser dispensada a prestação da caução prevista nos termos do artigo 54.º do RJUE.

2 — Em casos excecionais, o pagamento da TRIU pode ser efetuado em mais de doze prestações mensais, com idêntica dispensa de juros, devendo para o efeito o requerente apresentar os elementos necessários para poder ser analisada a taxa de esforço familiar, que nunca pode ser superior a 30 % dos rendimentos brutos do agregado familiar.

3 — O pedido de pagamento em prestações deve conter a identificação do requerente, o número do processo a que reporta e, ainda, o número de prestações pretendidas, bem como os motivos que fundamentam o pedido.

4 — O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder.

5 — O atraso no pagamento das prestações implica a aplicação de juros de mora, de acordo com a taxa legal em vigor.

6 — A emissão do alvará de utilização dos edifícios e/ou frações autónomas depende do pagamento prévio e integral das taxas urbanísticas devidas.

7 — O requerente pode antecipar, a qualquer momento, o pagamento na totalidade do valor das taxas em dívida, para efeitos de obtenção do alvará de utilização respetivo.»

2 — A presente alteração entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

310396304

Edital n.º 199/2017

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lisboa

Nos termos da subdelegação de competências constante do Despacho n.º 56/P/2015, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1114, de 25 de junho de 2015, torna-se público que a Câmara Municipal de Lisboa deliberou, na sua reunião de 9 de março de 2017, através da Deliberação n.º 98/CM/2017, aprovar submeter a consulta pública a proposta do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lisboa, excetuando-se as suas componentes reservadas (inventário de meios e recursos e a lista de contactos), nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com o n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 65/2007, de